

Revita Engenharia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 1180
01060-970 São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Revita Engenharia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

i) Recebíveis pendentes há longa data

Conforme mencionado na nota explicativa nº12, a Companhia possui contas a receber vencidas há longa data, no montante de R\$ 21.344 mil cuja realização depende do sucesso nas negociações e ações judiciais de cobrança. A Administração das controladas acredita não haver riscos na realização desses créditos e, dessa forma, conclui não ser necessário o reconhecimento de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Considerando a falta de evidências suficientes, até o momento, quanto à realização dessas contas a receber, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir quanto à adequação da provisão para o crédito de liquidação duvidosa registrado pela controladora.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no item “ i” do parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

REVITA ENGENHARIA S.A.
 CNPJ: 08.623.970/0001-55
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	11	12.126	9.761	39.831	14.179
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	177.906	171.487	276.953	222.263
Dividendos a receber	13	15.095	19.784	12.949	18.610
Impostos a recuperar		17.451	15.034	25.793	19.215
Adiantamento a fornecedores		186	1.168	221	1.416
Estoques		3.702	3.542	10.514	4.861
Total do ativo circulante		226.466	220.776	366.261	280.544
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros créditos	12	122.415	95.077	102.047	109.993
Ativo fiscal diferido	23	3.399	3.419	12.883	7.219
Depósitos judiciais		285	62	1.121	204
Total do realizável a longo prazo		126.099	98.558	116.051	117.416
Investimentos	14	102.523	86.767	64.138	56.799
Imobilizado	15	33.519	50.374	65.629	55.495
Intangível	16	1.880	62	147.577	106.875
		137.922	137.203	277.344	219.169
Total do ativo não circulante		264.021	235.761	393.395	336.585
TOTAL DO ATIVO		490.487	456.537	759.656	617.129

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	13.320	20.358	61.078	53.025
Empréstimos e financiamentos	18	66.558	31.169	150.166	100.809
Debêntures	19	15.880	7.970	15.880	7.970
Salários, benefícios e encargos sociais	20	19.616	16.989	50.106	20.986
Impostos, taxas e contribuições	22	16.088	15.926	35.273	24.938
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.366	261
Dividendos e juros capital próprio a pagar		-	-	1.275	-
Adiantamentos de clientes		-	27	-	26
Total do passivo circulante		131.462	92.439	315.144	208.015
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	438	4.625	561	8.652
Empréstimos e financiamentos	18	48.261	40.827	89.190	69.386
Debêntures	19	46.669	62.223	46.669	62.223
Passivo fiscal diferido	23	6.443	6.456	16.988	12.073
Provisões	21	1.184	839	14.127	7.652
Perda no Investimento		143	-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	4.790	-	4.790
Total do passivo não circulante		103.138	119.760	167.535	164.776
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		137.715	137.715	137.715	137.715
Reserva legal		8.278	6.786	8.278	6.786
Reserva de retenção de lucros		109.894	99.837	109.894	99.837
Total do patrimônio líquido dos controladores		255.887	244.338	255.887	244.338
Participação dos não controladores		-	-	21.090	-
Total do patrimônio líquido		255.887	244.338	276.977	244.338
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		490.487	456.537	759.656	617.129

REVITA ENGENHARIA S.A.
CNPJ: 08.623.970/0001-55
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	25	370.393	328.945	985.296	481.890
Impostos	25	(48.760)	(43.433)	(131.090)	(58.798)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	321.633	285.512	854.206	423.092
Custo dos serviços prestados	26	(257.133)	(235.983)	(648.003)	(340.539)
LUCRO BRUTO		64.500	49.529	206.203	82.554
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas Comerciais	27	(11.003)	(6.561)	(17.615)	(7.209)
Despesas administrativas	28	(36.545)	(32.319)	(91.534)	(36.726)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	9.360	(12.554)	20.460	(17.772)
Resultado de equivalência patrimonial	14	35.120	59.742	23.691	50.789
LUCRO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		61.432	57.837	141.205	71.634
Receitas financeiras	30	13.821	8.507	18.185	9.400
Despesas financeiras	30	(23.675)	(16.469)	(54.301)	(25.560)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		51.578	49.875	105.089	55.474
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	23	(685)	(77)	(23.956)	(4.762)
Diferido	23	(5)	1.097	5.057	184
Incentivo lucro da exploração	23	-	-	359	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>50.888</u>	<u>50.895</u>	<u>86.549</u>	<u>50.895</u>
ATRIBUÍVEL À:					
Acionistas da Companhia				50.888	50.895
Participação de não controladores				<u>35.662</u>	<u>-</u>
				<u>86.549</u>	<u>50.895</u>

REVITA ENGENHARIA S.A.

CNPJ: 08.623.970/0001-55

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro exercício	Patrimônio líquido controladores	Participação não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	126.477	4.273	67.560	-	198.310	-	198.310
Lucro líquido do exercício	-	-	-	50.895	50.895	-	50.895
Juros s/capital proprio pagos	-	-	(8.335)	-	(8.335)	-	(8.335)
Reserva de lucros	-	-	52.508	(50.895)	1.613	-	1.613
Reserva legal	6	2.513	(2.519)	-	-	-	-
Aumento Capital	11.232	-	-	-	11.232	-	11.232
Dividendos a distribuir	-	-	(9.377)	-	(9.377)	-	(9.377)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	137.715	6.786	99.837	-	244.338	-	244.338
Lucro líquido do exercício	-	-	-	50.888	50.888	35.662	86.549
Aquisição de investimento/controlado	-	-	-	-	-	3.668	3.668
Juros s/capital próprio	-	-	(7.560)	-	(7.560)	-	(7.560)
Reserva de lucros	-	-	50.888	(50.888)	-	-	-
Reserva legal	-	1.492	(1.492)	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	(31.778)	-	(31.778)	(18.240)	(50.018)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	137.715	8.278	109.894	-	255.887	21.090	276.977

REVITA ENGENHARIA S/A
 CNPJ: 08.623.970/0001-55
 DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
1 - RECEITAS		386.727	327.860	1.016.970	480.965
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	25	370.393	328.945	985.296	481.890
Outras receitas		16.198	104	33.110	263
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)		137	(1.188)	(1.436)	(1.188)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(163.331)	(155.460)	(382.598)	(235.613)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(116.869)	(105.084)	(258.310)	(170.256)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(38.107)	(35.659)	(109.610)	(45.218)
Outras		(8.355)	(14.717)	(14.678)	(20.139)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		223.397	172.400	634.372	245.353
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	15 e 16	(7.471)	(5.768)	(23.605)	(16.161)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		215.926	166.632	610.767	229.191
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		48.941	68.475	41.876	60.415
Resultado de equivalência patrimonial	14	35.120	59.742	23.691	50.789
Receitas financeiras	30	13.821	8.733	18.185	9.626
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		264.868	235.107	652.643	289.606
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		264.868	235.107	652.643	289.606
8.1) Pessoal		126.933	111.537	327.249	132.836
Remuneração direta		96.378	87.050	232.890	103.610
Benefícios		24.701	19.335	80.560	23.072
F.G.T.S		5.853	5.151	13.799	6.154
8.2) Impostos, taxas e contribuições		60.537	52.533	179.437	77.376
Federais		43.575	37.164	130.212	53.960
Estaduais		597	634	766	758
Municipais		16.366	14.735	48.458	22.658
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		26.510	19.917	59.408	28.273
Juros		22.216	14.965	51.088	23.005
Aluguéis		4.294	4.952	8.321	5.268
8.4) Remuneração de capitais próprios		50.888	51.121	86.549	51.121
Juros sobre o capital próprio		-	226	-	226
Lucros retidos/Prejuízo do exercício		50.888	50.895	50.888	50.895
Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		-	-	35.662	-

REVITA ENGENHARIA S/A
CNPJ: 08.623.970/0001-55
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado do exercício	50.888	50.895	86.549	50.895
Resultado abrangente total	50.888	50.895	86.549	50.895

REVITA ENGENHARIA S.A.
 CNPJ: 08.623.970/0001-55
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		50.888	50.895	86.549	50.895
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações					
Depreciação e Amortização	15 e 16	7.471	5.767	23.695	16.165
Provisão para urbanização de aterros	21	329	47	2.448	1.693
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(252)	83	(88)	83
Equivalência patrimonial	14	(35.120)	(59.742)	(23.691)	(50.789)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		9.446	32.272	(24.278)	39.106
Reserva de lucro de reestruturação			(3.144)	-	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		8.412	14.624	24.657	22.544
Provisão para contingências	21	616	1.309	4.241	1.815
Imposto de Renda e contribuição social		(2.212)	1.038	(2.812)	4.714
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	12	(14.851)	(28.457)	(50.851)	(48.755)
Impostos a Recuperar		(2.417)	(7.898)	(6.578)	(6.398)
Partes relacionadas		(16.761)	(87.040)	9.264	(87.038)
Alienação de investimentos com partes relacionadas		-	54.983	-	53.287
Estoques		(160)	(698)	(5.653)	(735)
Outros créditos		(1.893)	(237)	(5.069)	(3.125)
Depósitos judiciais		(531)	(198)	(1.308)	(264)
Dividendos a receber	13	4.689	24.639	-	641
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	17	(9.578)	(2.549)	3.253	2.208
Salários, provisões e encargos sociais	20	2.627	3.821	29.120	3.806
Impostos, taxas e contribuições		162	4.729	10.335	6.489
Imposto de Renda e contribuição social		2.217	(2.559)	3.167	(5.416)
Partes relacionadas		(227)	(823)	(1.704)	7.066
Reorganização societária - contingências	21	-	-	261	-
Pagamento de contingências	21	(292)	(429)	(84)	(416)
Adiantamento de clientes		(4.817)	4.790	(4.817)	2.185
Outras contas a pagar		(438)	(5.114)	(390)	(5.112)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(2.689)	109	69.667	4.649
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de Capital		-	11.232	-	11.232
Aquisição de imobilizado	15	(21.613)	(32.026)	(33.379)	(34.406)
Adições ao intangível	16	(1.837)	(20)	(22.505)	(35.928)
Baixa/transferência de imobilizado/intangível	15 e 16	31.014	10.835	41.679	11.013
Baixa de investimento por alienação PR	14	6.722	-	4.365	-
Mais valia de ativo	15 e 16	3.517	-	(6.869)	1.668
Aumento de investimento	14	(19.671)	-	(35.712)	-
Aquisição de investimentos	14	(19.846)	(36.426)	(9.771)	(19.800)
Aquisição de investimento por reorganização societária		-	-	(19.957)	-
Caixa líquido atividades de investimento		(21.714)	(46.405)	(82.149)	(66.221)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamentos - terceiros		125.591	148.880	285.810	233.600
Pagamento de financiamentos		(82.347)	(170.311)	(217.004)	(241.194)
Juros pagos		(8.833)	(13.763)	(24.302)	(20.790)
Debêntures		(7.643)	70.193	(7.643)	70.193
Dividendos pagos		-	-	1.275	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		26.768	34.999	38.135	41.809
AUMENTO (REDUÇÃO) LIQUIDO(A) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES		2.365	(11.297)	25.652	(19.763)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	11	9.761	21.058	14.179	33.941
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	11	12.126	9.761	39.831	14.179
		2.365	(11.297)	25.652	(19.763)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Revita Engenharia S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de janeiro de 2007 sob a forma de Sociedade Anônima, tem sede na Rua Bela Cintra, 967 – 9º andar – conjunto 92, Consolação – São Paulo/SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente em saneamento ambiental, limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares, hospitalar, de estabelecimento de saúde, comercial e industrial, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos, privados e de feiras livres, bem como implantação, operação e execução de aterros sanitários e congêneres, construção, montagem e operação de usinas de tratamento, reciclagem, incineração, compostagem e trituração de resíduos, em qualquer de suas formas, como também de usinas para obtenção de fontes alternativas de energia, construção civil em geral, montagem industrial e locação.

Em 31 de dezembro de 2014, as participações da Companhia em outras empresas e suas respectivas áreas de atuação são:

Controladas

Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos LTDA. (“Battre”) (participação direta de 100%) – prestação de serviços, mediante concessão, de destinação final de resíduos sólidos urbanos e tratamento de resíduos de serviços de saúde no Município de Salvador – BA, comercialização de créditos de carbono através da queima do biogás e venda de biogás para a empresa Termoverde Salvador S.A.

Farroupilha – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Farroupilha”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Farroupilha – RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.

SL Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“SL Ambiental”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Leopoldo – RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.

Rio Grande Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Rio Grande Ambiental”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Rio Grande – RS para prestação de serviços públicos relativos ao tratamento e à destinação final de resíduos sólidos urbanos públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.

São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda. (“São Carlos”) (participação direta de 100%) – sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Carlos – SP para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos, operação e implementação do novo aterro sanitário de resíduos sólidos.

Guamá Tratamento de Resíduos Ltda (“Guamá”) (participação direta de 100%) – cujo a atividade é a destinação final e tratamento de resíduos, incluindo resíduos sólidos domiciliares, industriais e inertes da construção civil, além de resíduos originários de estabelecimentos de saúde; implantação e operação de aterro sanitário de resíduos e outras atividades relacionadas à destinação final e tratamento de resíduos. Prestação de serviços de tratamento e disposição de resíduos.

TISFARD Investment S.A. (“TISFARD”) (participação direta de 100%) – sociedade de investimentos domiciliada em Montevidéu – Uruguai.

Águas Claras Ambiental – Central de Trat. E Benef. De Resíduos Ltda. (“Águas Claras”) (participação direta de 100%) – tratamento e destinação final de resíduos inertes originários de construção civil (entulho).

INOVA Gestão de Serviços Urbanos S.A. (“INOVA”) (participação direta de 51%) – sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo, varrição e asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo.

Abrantes Ambiental Ltda. (“Abrantes”) (participação direta de 57,14%) – sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a execução do contrato de prestação de serviços de limpeza urbana no Município de Camaçari – BA, celebrado com a Limpec – Limpeza Pública de Camaçari.

Piauí Ambiental S.A. (“Piauí”) (participação direta de 100%) – a companhia tem por objeto específico a implantação de empreendimento destinado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos, incluindo o transporte, transbordo tratamento, destinação final ambientalmente adequado de resíduos e rejeitos no Estado do Piauí.

Controladas em conjunto (*Joint Venture*)

Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”) (participação direta da Companhia em 51%, controlada em conjunto por Vega Engenharia Ambiental (“VEGA”) com 49%) – empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de cotista ou acionista, bem como, a participação em consórcios. A VVR possui participações nas seguintes empresas:

- Logística Ambiental de São Paulo S.A. (“LOGA”) (participação direta de 62,35%) – execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Paulo para prestação de serviços de limpeza urbana no Agrupamento Noroeste, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos

domiciliares residenciais e dos serviços de saúde, além de varrição em feiras livres e mercados.

- Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (“Viasolo”) (participação direta de 51%) - A Companhia desenvolve atividades de saneamento ambiental, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta, transporte e tratamento de lixo domiciliar e hospitalar, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos e privados e de feiras livres, limpeza de bocas-de-lobo e galerias de águas pluviais. A Viasolo possui participação na seguinte empresa:

Ecovia Valorização de Resíduos Ltda (“Ecovia”) (participação direta de 99%) – prestação de serviços de operação, manutenção e ampliação de aterros sanitários, usina de triagem, usina de compostagem, unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde e sistemas de biogás.

- Riograndense Participações S.A (“RioPar”) (participação direta de 70%) – participação em outras sociedades de capital aberto ou fechado. A Riograndense possui participações nas seguintes empresas:

Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (“Riograndense”) (participação direta de 100%) – prestação de serviços nas áreas de aterros industriais, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos.

Biogás Riograndense Ltda (participação direta de 100%) - responsável pela produção, captação e comercialização de biogás destinado a geração de energia.

Coligada da VVR

Termoverde Salvador S.A. (“Termoverde”) (participação direta de 49%) – tem como objeto o desenvolvimento, construção, manutenção e exploração de usina termelétrica para geração de energia; comercialização de biogás e energia; geração, gestão e comercialização de créditos de carbono; elaboração de projetos, execução e operação de sistemas de captação de biogás; e prestação de serviços de operação e manutenção relacionados às suas demais atividades.

Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“EMTR”) (“participação direta de 27,5%, controlada em conjunto por Vital Engenharia S.A com 45% e Construtora Barbosa e Mello S.A com 27,5%) – prestação de serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos urbanos na região metropolitana de Belo Horizonte-MG.

Biotérmica Energia Ltda. (“Biotérmica”) (participação direta de 34,3%, controlada em conjunto por Solvi Valorização Energética “SVE” com 35,7% e Outros sócios com 30%) – propósito específico de implantação e exploração de usina termelétrica.

Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda. (“BOB”) (participação direta de 51%, controlada em conjunto pelo Sr. Moises de Souza Boechat com 49%) – implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais, no município de Belford Roxo/RJ.

Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. (“Alfenas”) (participação direta de 51%, controlada em conjunto por Construtora Contorno LTDA com 49%) – sociedade constituída com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com Prefeitura Municipal de Alfenas – MG.

SBC Valorização de Resíduos S.A. (“SBC”) (participação direta de 75%, controlada em conjunto por Lara Central de Tratamento de Resíduos LTDA com 25%) – sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a concessão de Parceria Público Privada para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no município de São Bernardo do Campo – SP.

Hera Ambiental S.A. (“Hera”) (participação direta de 50%, controlada em conjunto por Hera Brasil Indústria e Comércio LTDA com os outros 50%) – implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais no Estado da Bahia.

Operações controladas em conjunto (Joint Operation)

Consórcio Porto para a Vida (“Consórcio Porto para a Vida”) (participação direta de 35%) – consórcio criado em conjunto com a Koleta Ambiental Ltda (participação direta de 65%), empresa do mesmo grupo econômico. O consórcio presta serviços de conservação, limpeza geral, varrição, recolhimento e destinação final de resíduos gerados no porto de Santos-SP.

2 Alterações na estrutura societária

Constituição da EMTR

A Companhia constituiu em 28 de março de 2014 a Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“EMTR”).

Tal empresa foi constituída conjuntamente com mais dois acionistas e o capital social está dividido da seguinte forma:

<u>Sócio</u>	<u>% do capital</u>
Vital Engenharia Ambiental S.A.	45,0
Construtora Barbosa Mello S.A.	27,5
Revita Engenharia S.A.	27,5

A EMTR foi constituída especificamente para a exploração, mediante concessão administrativa, dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos urbanos nos municípios convenientes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano nos termos e condições do Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais nos moldes estabelecidos pelos termos do edital de concorrência 02/2013 – SEGEM. O capital social autorizado da EMTR é de R\$48.824.

Constituição da Ecovia

A investida indireta Viasolo e a Companhia constituíram em 02 de maio de 2014 a Ecovia Valorização de Resíduos Ltda (“Ecovia”).

A Viasolo detém 99% do capital social da Ecovia e a Companhia participa em 1% do total.

A Ecovia foi constituída com o propósito específico de prestar serviços públicos sob o regime de concessão, nos termos do edital de concorrência pública 001/2013 correspondente a:

- a. Operação, manutenção e ampliação do aterro sanitário;
- b. Operação, manutenção e ampliação de usina de triagem e compostagem;
- c. Implantação, manutenção e operação de unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde; e
- d. Implantação, manutenção e operação de sistema de biogás.

Sediada em Conselheiro Lafaiete-MG a Ecovia foi constituída com um capital social total de R\$500 e atuará nos municípios mineiros de Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete.

Aumento de capital social Vega Valorização de Resíduos (“VVR”)

Em 2014 houve aumento de capital da Companhia na VVR no valor de R\$20.909 com veículos e equipamentos de veículos do imobilizado da Companhia, e em contrapartida ao aporte dos veículos e equipamentos de veículos houve uma transferência de fornecedores no valor de R\$ 20.248, resultando em um aporte líquido no capital de R\$ 661, passando de R\$32.370 para R\$33.031. A Companhia passou a deter 51% da participação acionária da controlada em conjunto.

Aumento de capital social na Alfenas

Em 2014 houve aumento de capital social na Alfenas em R\$1.936, passando para R\$3.168 de forma proporcional entre os sócios, sendo a Revita responsável por 51%.

Aumento de capital na SBC

Em 31 de dezembro de 2013 houve aumento de capital social na controlada SBC por meio de seus sócios, sendo a controladora Revita responsável por 75%, porém, de acordo com o laudo elaborado de conciliação deste aumento, em 2014 foi registrado novo aumento de capital pela controlada Revita no valor de R\$310 para manutenção das participações acionárias, passando assim para R\$14.294 o capital social da SBC.

Aporte de capital na Hera

Conforme ata de 13 de março de 2014 a investida Hera aumentou seu capital social em R\$800.

A Companhia aportou o montante de R\$400 referente a sua proporção na participação acionária da Hera (50%).

Aquisição de controle sem contraprestação

Inova

Conforme Termo de Acordo de Voto com a acionista da Inova denominada Paulitec, a Companhia passou a exercer o controle sobre a investida Inova em 2014. Este Termo define que a acionista Paulitec se compromete a comparecer nas Assembleias Gerais de Acionistas da Inova e votar favoravelmente nos Membros que vierem a ser indicados pela Revita, elegendo-os para a composição do Conselho da Administração da Companhia. Como as decisões significativas da Inova são decididas por maioria do Conselho Administrativo, a Revita passa a exercer o controle da Inova.

Os Resultados apurados a partir de 2014 fazem parte das Demonstrações Consolidadas e os Resultados apurados em períodos anteriores em que era exercido o controle compartilhado estão registrados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o CPC19.

Em avaliação realizada conclui-se que houve variação entre valor justo e valor contábil histórico dos ativos e passivos, conforme apresentado abaixo:

Valor contábil da Inova antes da aquisição do controle	6.437	
Imediatamente após a aquisição:		
* Valor justo dos 51% da Inova	20.056	
* Valor justo dos 49% da Inova	19.269	
* Valor justo dos ativos identificados	6.437	
	Débito	Crédito
Ativos identificáveis	6.437	
Goodwill (a)	32.888	
Investimento na Inova		6.437
PNC (patrimônio líquido)		16.115
Ganho na participação anterior (DRE) (b)		16.773
	39.325	39.325

Cálculo do goodwill (a)

* Valor justo dos 51% da Inova	20.056	
* PNC	19.269	
* Valor justo dos ativos identificados	(6.437)	
Goodwill	32.888	

Ganho na participação anterior (DRE) (b)

* Valor justo dos 51% da Inova	20.056	
* Valor contábil da Inova antes da aquisição do controle	(3.283)	
Ganho na participação anterior	16.773	

Abrantes

Conforme 4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Abrantes de 17 de abril de 2014, as sócias decidem incluir uma cláusula no Contrato Social definindo que as deliberações sociais serão tomadas por sócios detentores da maioria do capital social, portanto, como a Companhia é detentora de 57,14% da participação da Abrantes, passou a exercer o controle sobre a investida.

Os Resultados apurados a partir de abril de 2014 fazem parte das Demonstrações Consolidadas e os Resultados apurados no período em que era exercido o controle compartilhado estão registrados pelo método de equivalência patrimonial no montante de R\$610 de acordo com o CPC19.

Em avaliação realizada conclui-se que não houve variação entre valor justo e o valor contábil histórico dos ativos e passivos.

Em milhares de R\$	Saldo contábil em 31/03/2014
Ativo Circulante	7.756
Caixa e equivalentes de caixa	1.740
Contas a receber de clientes	3.824
Outros créditos	2.192
Ativo não circulante	7.336
Outros ativos não correntes	2.704
Imobilizado	4.629
Intangível	3
ATIVO TOTAL	15.092
Passivo Circulante	11.758
Fornecedores	2.862
Empréstimos e financiamentos	4.206
Salários, benefícios e encargos sociais	1.838
Impostos, taxas e contribuições a recolher	624
Outros passivos circulantes	2.228
Passivos não circulantes	1.867
Empréstimos e financiamentos	871
Outros passivos não circulantes	996
Patrimônio líquido	1.467
Capital Social	399
Reservas e outros	1.068
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.092

Loga

Conforme 2º Aditamento do Acordo de Acionistas da LOGA de 02 de dezembro de 2014 ficou definido que as deliberações da Assembleia Geral serão adotadas por acionistas representando maioria do capital votante da LOGA, portanto, a VVR, detentora de 62,347% das ações ordinárias, passou a exercer o controle sobre a investida LOGA.

Desta forma os Resultados apurados a partir de dezembro de 2014 fazem parte das Demonstrações Consolidadas da VVR e os Resultados apurados no período em que era exercido o controle compartilhado estão registrados pelo método de equivalência patrimonial no montante de R\$15.295 de acordo com o CPC19.

Em avaliação realizada conclui-se que houve variação entre valor justo e valor contábil histórico dos ativos e passivos, conforme apresentado abaixo:

Em milhares de R\$	Saldo contábil em 30/11/2014
Ativo Circulante	113.915
Caixa e equivalentes de caixa	5.987
Contas a receber de clientes	81.204
Partes relacionadas	173
Estoques	1.780
Imposto a recuperar	13.589
Outros créditos	11.182
Ativo não circulante	141.076
Ativos fiscais diferidos	6.978
Outros ativos não correntes	48.667
Imobilizado	84.757
Intangível	673
ATIVO TOTAL	254.991
Passivo Circulante	122.608
Fornecedores	54.261
Empréstimos e financiamentos	11.066
Salários, benefícios e encargos sociais	17.430
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13.629
Outros passivos circulantes	26.222
Passivos não circulantes	84.302
Empréstimos e financiamentos	66.931
Passivos fiscais diferidos	8.361
Outros passivos não circulantes	9.010
Patrimônio líquido	48.081
Capital Social	19.923
Reservas e outros	28.158
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	254.991

Valor contábil da LOGA antes da aquisição do controle 48.081

Imediatamente após a aquisição:

* Valor justo dos 62,347% da LOGA 35.489

* Valor justo dos 37,653% da LOGA 21.433

* Valor justo dos ativos identificados 48.081

	Débito	Crédito
Ativos identificáveis	48.081	
Goodwill (a)	8.841	
Investimento na LOGA		48.081
PNC (patrimônio líquido)		3.329
Ganho na participação anterior (DRE) (b)		5.512
	56.922	56.922

Cálculo do goodwill (a)

* Valor justo dos 62,347% da LOGA	35.489
* PNC	21.433
* Valor justo dos ativos identificados	(48.081)
Goodwill	8.841

Ganho na participação anterior (DRE) (b)

* Valor justo dos 62,347% da LOGA	35.489
* Valor contábil da LOGA antes da aquisição do controle	(29.977)
Ganho na participação anterior	5.512

Aquisição de controle com contraprestação

Piauí

Em novembro de 2014 a companhia obteve o controle da Piauí através da aquisição de 49% das ações. Como resultado a participação acionária passou de 51% para 100%. A aquisição da empresa foi realizada por estágios e avaliada a valor justo conforme CPC15, gerando um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$10.122.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Em milhares de R\$	31/10/2014	mais valia de	Total
	Piauí	ativos	
Ativo Circulante	261	-	261
Caixa e equivalentes de caixa	240		240
Contas a receber de clientes	-		-
Outros créditos	21		21
Ativo não circulante	8.146	6.869	15.015
Outros ativos não correntes	-		-
Imobilizado	8.146	331	8.477
Intangível	-	6.538	6.538
ATIVO TOTAL	8.408	6.869	15.277
Passivo Circulante	6.500	-	6.500
Fornecedores	86		86
Empréstimos e financiamentos	6.191		6.191
Salários, benefícios e encargos sociais	175		175
Impostos, taxas e contribuições a recolher	37		37
Debêntures	-		-
Outros passivos circulantes	10		10
Passivos não circulantes	1.780	2.336	4.116
Empréstimos e financiamentos	-		-
Debêntures	-		-
Partes relacionadas	1.780		1.780
Outros passivos não circulantes	-	2.336	2.336
Patrimônio líquido	128	4.533	4.661
Capital Social	3.077		3.077
Reservas e outros	(2.949)	4.533	1.584
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.408	6.869	15.277

Aquisição 1ª Etapa

Valor pago por Piauí	11.779
Investimento Revita na Piauí em 07/05/2013	48
Mais valia dos ativos (51%) avaliados	(1.016)
Ágio por Rentabilidade Futura	10.811

Aquisição 2ª Etapa

Valor pago por Piauí	2.798
Participação total anterior Revita na Piauí	11.779
Investimento Revita na Piauí em 30/11/2014	78
Mais valia dos ativos (100%) avaliados	(4.533)
Ágio por Rentabilidade Futura	10.122

Conforme estabelecido pelo CPC 15, a Companhia possui um período de 12 meses a contar da data de aquisição para completar a alocação final do ágio. Caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição poderá ser revista.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As presentes Demonstrações Financeiras incluem:

- As Demonstrações Financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As Demonstrações Financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As Demonstrações Financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Financeiras individuais em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo e as Demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2015.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – classificação de negócios em conjunto;
- Nota explicativa 16 – cálculo da amortização do intangível.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 21 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: probabilidade e magnitude das saídas de recursos sem que tenha havido provisões suficiente.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro referem-se a:

Redução ao valor recuperável de ágio

A avaliação de *impairment* do ágio exige o uso de premissas e estimativas significativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Para os saldos de ágios divulgados na nota explicativa nº16 não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 2014 e 2013.

Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada período apresentado.

Alocação dos ágios

A Companhia contrata empresas especializadas para a alocação dos ágios provenientes de aquisições de empresas que seguem as seguintes premissas:

- (i) Obtenção de dados históricos, contábeis, operacionais e gerenciais da empresa adquirida;
- (ii) Análise do mercado de atuação da empresa adquirida, buscando identificar as perspectivas futuras de crescimento e rentabilidade;
- (iii) Verificação da consistência das premissas do negócio;
- (iv) Análise dos contratos envolvidos na transação;
- (v) Identificação de Ativos e Passivos intangíveis não relacionados no Balanço Patrimonial utilizado como base para a negociação das participações acionárias;
- (vi) Projeções de fluxo de caixa associada à ativos e passivos avaliados, bem como à contraprestação transferida;
- (vii) Cálculo da taxa de desconto que refletisse adequadamente os riscos inerentes ao setor e à empresa, sendo essa taxa utilizada para trazer fluxos de caixa dos ativos e passivos identificados a valor presente;

No entanto os resultados destes laudos dependem de suposições que servem de base para as projeções. O método utilizado não antecipa as mudanças nos ambientes internos e externos nos quais o negócio está inserido, exceto aqueles apontados nos laudos.

Utilização dos prejuízos fiscais

A legislação do Imposto de Renda permite que eventuais prejuízos fiscais (lucro real negativo) apurados em períodos anteriores sejam compensados com os lucros apurados posteriormente da pessoa jurídica tributada pelo Lucro Real.

O prejuízo fiscal compensável é aquele apurado no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR. Entretanto, a compensação de tais prejuízos é limitada a 30% do lucro real antes da compensação.

Margem dos contratos de construção

A margem dos contratos de construção segue as premissas constantes nos contratos de concessão.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Considerando a natureza das operações da Companhia no setor de resíduos públicos, a Administração é requerida à estimar a possibilidade de recebimentos de relevantes contas a receber, contratuais ou extra-contratuais, junto ao Poder Público para o registro de provisão para perdas. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na nota explicativa nº 12, em alguns casos, requer negociações e tempo por parte da Companhia.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante.

Provisão para urbanização de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37. Conforme notas explicativas nº 15 e 16 a Companhia reconhece provisão em contraparte ao respectivo ativo imobilizado ou intangível (no caso de concessões) à medida que dispõem resíduos nos aterros, gerando a obrigação que é reconhecida conforme competência, considerando que os custos futuros para os espaços não utilizados não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade tendo em vista a variação das estimativas de acordo com a característica dos resíduos, velocidade de disposição e inovações tecnológicas. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- a. As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 10,96% (10,96% em 2013).
- b. As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis:

- a.** Procedimentos de consolidação e investimentos em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas;
- b.** Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);
- c.** Estoques;
- d.** Imobilizado;
- e.** Ágio;
- f.** Intangível;
- g.** Ativos arrendados;
- h.** Instrumentos financeiros;
- i.** Contratos de concessão;
- j.** Fornecedores;
- k.** Distribuição de dividendos;
- l.** Imposto de renda e contribuição social;
- m.** Reconhecimento das receitas;
- n.** Demonstração dos fluxos de caixa;
- o.** Demonstração do valor adicionado.

a. Procedimentos de consolidação e investimentos em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 27 (equivalente ao CPC 36), combinando as Demonstrações Financeiras da Controladora de suas controladas, linha a linha, ou seja, somando os saldos de itens de mesma natureza: ativos, passivos, receitas e despesas.

As Demonstrações Financeiras consolidadas refletem a eliminação de contas correntes, receitas e despesas representativas de transações entre partes relacionadas, bem como da equivalência patrimonial no patrimônio e no resultado da controladora.

A relação das controladas e entidades controladas em conjunto e seus respectivos percentuais de participação, utilizado para aplicação do método de equivalência patrimonial, está apresentada na nota explicativa nº 14.

- ***Controladas***

Entidades controladas são aquelas, incluindo as não constituídas sob a forma de sociedade, (tais como uma parceria ou projeto, nas quais a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas), é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

- ***Entidades controladas em conjunto***

Entidades controladas em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica, e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

De acordo com o IAS 31 (CPC 19), os investimentos em empreendimentos em controladas em conjunto devem ser reconhecidos utilizando o método de equivalência patrimonial. Por esse método, o registro de investimento é realizado de forma proporcional nos ativos líquidos das controladas em conjunto.

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto também são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A existência de acordo contratual distingue as participações que envolvem o controle conjunto dos investimentos em coligadas em que a controladora tem influência significativa.

- ***Coligadas***

Coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa sobre a investida, porém, não tem poder de participar em decisões sobre as políticas financeiras e operacionais daquela investida.

O investimento em coligada deve ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial, inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição.

- b. *Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)***

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações:

- ***Fontes externas de informação***

- (i)** durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;

- (ii) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

Fontes internas de informação:

- (i) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (ii) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado;
- (iii) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os saldos de ágio decorrentes da combinação de negócios têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, conforme descrito na nota explicativa nº15. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*Impairment* - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável do ativo imobilizado ou intangível é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c. Estoques

O estoque é composto por material de manutenção, materiais de consumo na operação e equipamentos de proteção individual (EPI). Eles são avaliados pelo custo de aquisição.

Quando o custo de aquisição é maior que o valor de mercado, é reconhecida uma provisão para redução do valor contábil em contrapartida a uma despesa na demonstração do resultado.

d. Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que possam trazer benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o IAS 8 (equivalente ao CPC 23).

A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo ou, nos aterros sanitários, a quantidade de resíduos depositada em comparação com a capacidade total do ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº15.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outros ganhos/(perdas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

e. Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio pago a terceiros, referente à expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível” no consolidado. Se a Companhia apura deságio, o montante será registrado como ganho no resultado do período, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que uma vez reconhecida não são revertidas. Os ganhos e perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ágios e deságios na aquisição de controladas da Companhia foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 com prazo máximo de amortização de 10 anos, tendo como base a expectativa de resultados futuros das controladas. A amortização dos ágios suportados com base na expectativa de resultados futuros conforme descrito na nota explicativa nº16, deixou de ser efetuada conforme requerido pelo OCPC 2 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações financeiras de 2008, a partir de 1º de janeiro de 2009, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo pronunciamento técnico CPC 1, considerando que se trata de intangíveis com vida útil indefinida.

f. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

Os ativos referentes aos contratos de concessão e registrados como ativo intangível foram reconhecidos conforme descritos nas notas explicativas 7i. e 34.

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

h. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento

inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

i. Contratos de concessão

No dia 30 de novembro de 2006, o IFRIC publicou o IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que regula o tratamento contábil que deve ser aplicado pelo concessionário em relação aos contratos

de concessão, a partir dos exercícios encerrados após 1 de janeiro de 2008. Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1 de janeiro de 2010.

Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a Administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegada o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido ou seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- o concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo Poder Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável da infraestrutura registrada como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos que o concessionário recebe acesso pelo Poder Concedente, sem qualquer contraprestação (bens doados) não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no mínimo legal definido pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme nota explicativa nº24.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(iii) *Exposições fiscais*

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria o Grupo a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente, tais alterações da provisão impactariam a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

m. *Reconhecimento das receitas*

As receitas são mensuradas pelos valores justos das contraprestações recebidas ou a receber, deduzidas de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. Na maior parte das transações da Companhia, a contraprestação é feita na forma de caixa ou equivalente de caixa e o valor da receita é o valor recebido ou a receber.

As receitas de venda de produtos são reconhecidas quando entregues (ou quando a Companhia transfere para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens).

• ***Prestação de serviços - resíduos***

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador.

As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

- **Receita com crédito de carbono**

Os Créditos de Carbono são produzidos pela queima do biogás nos aterros da controlada Battre, levados à estoque pelo seu custo de produção e a receita é reconhecidas pela comercialização dos créditos certificados ou à certificar, mediante contrato de venda para entrega futura ou venda simples.

- **Contratos de construção**

A receita de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e os pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato.

O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nas receitas consolidadas estão incluídas receitas de construção advindas de contratos de concessão, conforme descrito na nota explicativa nº34.

- n. **Demonstração dos fluxos de caixa**

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; (ii) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar. Todos os outros itens tratados como fluxos de caixa são advindos das atividades de investimento e de financiamento.

- o. **Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elabora a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é a apresenta como parte integrante das suas demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e em suas divulgações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas, ainda não aplicadas, e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

As normas descritas anteriormente foram emitidas, mas ainda não haviam entrado em vigor até 31 de dezembro de 2014. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem em vigor.

9 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à Diretoria Financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho de Administração.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Companhia.

- ***Risco de mercado***

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros pré-fixadas ou pós-fixadas, essas indexadas em quase sua totalidade ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

A companhia e suas controladas mantêm quase a totalidade de seus empréstimos e aplicações financeiras indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Foram efetuados testes de sensibilidades para cenários adversos, com deterioração superior e inferior a taxa do CDI em 10% e não se observou impactos substanciais de aumento ou redução na dívida líquida das empresas.

Contratos de concessão

Como a Companhia administra contratos de concessão, algumas de suas controladas foram constituídas com fins específicos de promover a execução de contratos de concessão. A continuidade da operação destas controladas depende da manutenção dos encargos e responsabilidades definidos nos contratos. Em algumas situações, como se trata de serviços de interesse público, o Poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de concessão antes do término ou ainda não autorizar a sua renovação.

Ademais, considerando que algumas controladas executam a gestão de contratos de concessão, elas possuem um único cliente por contrato. Essas controladas apresentam risco de não recebimento ou recebimento em atraso por parte destas municipalidades, podendo afetar a gestão do fluxo de caixa.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados, na maioria dos contratos de concessão, anualmente, com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, considerando a variação na estrutura de custos dos serviços em relação ao mercado de atuação da Companhia e suas controladas e as características próprias da concessão e em eventuais estímulos à eficiência. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

- ***Risco de crédito***

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia possui política de crédito com procedimentos de monitoramento e acompanhamento da evolução dos indicadores de inadimplência, com instrumentos formais de comunicação das obrigações dos clientes.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente.

Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco dessas companhias deixarem de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém nesses casos não há um histórico efetivo de perda de crédito.

- **Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento próprio. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver a sua operação.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	150.166	65.252	18.708	5.230	239.355
Fornecedores e outras contas a pagar	61.078	561	-	-	61.639
Salários, benefícios e encargos	50.106	-	-	-	50.106
Impostos, taxas e contribuições	36.639	16.988	-	-	53.627
Dividendos e juros capital próprio a pagar	1.275	-	-	-	1.275
Debêntures	15.880	15.554	15.554	15.561	62.549
Provisões	-	14.127	-	-	14.127
	315.144	112.481	34.262	20.791	482.679
					Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	100.809	26.444	30.867	12.075	170.195
Fornecedores e outras contas a pagar	53.025	8.652	-	-	61.677
Salários, benefícios e encargos	20.986	-	-	-	20.986
Impostos, taxas e contribuições	25.199	-	-	-	25.199
Debêntures	7.970	15.554	46.669	-	70.193
Provisões	-	1.454	-	6.198	7.652
Passivo fiscal diferido	-	12.073	-	-	12.073
Adiantamentos de clientes	26	4.790	-	-	4.816
	208.015	68.966	77.536	18.273	372.791

b. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitirem novas ações ou reduzir capital.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2014	2013
Total do passivo	482.679	372.791
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(39.831)	(14.179)
Dívida líquida	442.848	358.612
Patrimônio líquido	276.977	244.338
Índice de alavancagem	1,60	1,47

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

		Consolidado			
		2014		2013	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	39.831	39.831	14.179	14.179
Contas a receber de clientes e outros créditos	Empréstimos e recebíveis	379.000	379.000	332.256	332.256
Total		418.831	418.831	346.435	346.435
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Mens. pelo custo amortizado	61.639	61.639	61.677	61.677
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mens. pelo custo amortizado	301.905	301.905	240.388	240.388
Total		363.544	363.544	302.065	302.065

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) o instrumento de proteção cambial, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº11) que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (iii) ativo financeiro dos contratos de concessão (vide nota explicativa nº34) que está mensurado ao valor justo por meio do resultado por representar os custos investidos em infraestrutura (bens reversíveis), que de outra forma seriam classificados como mantidos para venda. Desta forma, as contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

d. Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme o CPC n. 40, “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS No. 7 estabelecem uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições:

- Nível 1 – Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para evidenciar a integridade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 – Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

10 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

11 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa	58	81	97	96
Bancos	108	4.914	2.567	6.576
Aplicações financeiras:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	<u>11.960</u>	<u>4.766</u>	<u>37.167</u>	<u>7.507</u>
	<u>12.126</u>	<u>9.761</u>	<u>39.831</u>	<u>14.179</u>

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileira.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI de 96%, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 9.

12 Contas a receber de clientes e outros créditos

São compostas como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Cientes Públicos:					
Valores faturados		60.510	58.550	110.942	108.727
Medições a faturar		48.635	38.041	102.191	55.999
Total		109.145	96.591	213.133	164.726
Cientes Privados:					
Valores faturados		4.440	2.439	4.729	2.768
Medições a faturar		431	395	615	393
Total		4.871	2.834	5.344	3.161
Consórcio:					
Valores faturados		224	48	224	48
Medições a faturar		84	-	84	-
Total		308	48	308	48
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		(1.275)	(1.525)	(1.437)	(1.525)
Total contas a receber de clientes, líquidos		113.049	97.948	217.348	166.410
Partes relacionadas	31	175.254	154.127	143.485	152.749
Outros créditos		12.018	14.489	18.167	13.097
Total		187.272	168.616	161.652	165.846
Total circulante		177.906	171.487	276.953	222.263
Total não circulante		122.415	95.077	102.047	109.993
Total		300.321	266.564	379.000	332.256

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O *Aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valores a vencer	173.738	23.216	203.461	49.869
Vencidos:				
Até 30 dias	29.558	84.146	33.115	83.358
Entre 31 e 60 dias	3.884	9.360	5.871	11.319
Entre 61 e 90 dias	5.759	14.902	9.039	16.059
Entre 91 e 180 dias	15.781	13.766	16.697	16.353
Entre 181 e 360 dias	6.394	23.787	9.511	30.245
Acima de 360 dias	66.482	98.912	102.743	126.578
PCLD (a)	(1.275)	(1.525)	(1.437)	(1.525)
Total	300.321	266.564	379.000	332.256

- (a) Dos principais saldos vencidos a mais de 180 e 360 dias a maior parte refere-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada exclusivamente para clientes privados, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. Para os clientes públicos vencidos a empresa mantém ações judiciais de cobrança.

A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber consolidado possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$6.222 da Prefeitura do Município de São Paulo/SP, R\$4.476 da Prefeitura do Município de Montes Claros, e R\$10.646 da Prefeitura de Salvador. Para esses casos, a Companhia intentou e mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Em outubro de 2014 houve confissão de dívida da Prefeitura Municipal de São Leopoldo no montante de R\$23.663 que estão sendo recebidos em 119 meses.

Para as contas de ativos e passivos monetários, tanto de curto como de longo prazo, a Companhia e suas controladas avaliaram os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar um ajuste a valor presente, conforme requerido no CPC 12 “Ajuste a valor presente”.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 2014 é apresentada com segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo em 31/12/2013	(1.525)	(1.442)
Créditos provisionados no exercício	(162)	(276)
Créditos baixados definitivamente da posição	250	193
Saldo em 31/12/2014	(1.437)	(1.525)

13 Dividendos a receber

É composto como segue:

	Saldo a Receber	
	2014	2013
VVR	8.524	-
SBC	3.209	3.091
Inova	822	4.377
Abrantes	646	455
Riopar	552	9.847
RGA	314	314
Farroupilha	281	281
Termoverde Salvador	268	267
Alfnas	252	573
Hera	95	-
SL Ambiental	83	83
BOB	46	-
Ecovia	3	-
Battre	-	496
	<u>15.095</u>	<u>19.784</u>

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquidos, já remanescentes dos dividendos propostos e pagos no ano.

14 Investimentos

O saldo do investimento é demonstrado no quadro abaixo:

Participações em controladas

Empresa	Capital social	Participação societária	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2014	31/12/2013
BATTRE	1.400	100%	1.400	1.643	1.643	1.400	1.400
SÃO CARLOS	10	100%	(1.216)	(319)	(319)	(1.216)	(897)
SLA	1.027	100%	(1.708)	(2.940)	(2.940)	(1.708)	1.232
FARROUPILHA	181	100%	(853)	(1.070)	(1.070)	(853)	217
RGA	435	100%	(1.423)	(1.945)	(1.945)	(1.423)	522
ÁGUAS CLARAS	-	100%	(26)	(24)	(24)	(26)	(2)
GUAMÁ	4.030	100%	(2.420)	(3.329)	(3.329)	(2.420)	909
PIAUÍ	3.077	100%	4.356	(305)	(a) (305)	4.356	-
ABRANTES	133	57,14%	133	4.131	1.750	76	-
INOVA	1.000	51,00%	10.037	37.212	18.978	5.120	-
TISFARD	1	100%	(1.009)	(1.009)	(1.009)	(1.009)	-
Total (A)					11.429	2.296	3.381

- (a) O Grupo registrou equivalência patrimonial de 51% de janeiro a outubro, e 100% de novembro a dezembro quando adquiriu o restante da participação societária assumindo o controle das operações.

Empresa	Capital social	Participação societária	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2014	31/12/2013
INOVA	-	-	-	-	-	-	3.283
PIAUÍ	-	-	-	-	(1.099)	-	2.181
ABRANTES	-	-	-	-	610	-	76
VVR	33.031	51%	41.708	24.259	12.184	21.062	17.216
ALFENAS	3.168	51%	3.168	495	252	1.616	628
RIOPAR	-	-	-	-	-	4.884	4.884
BOECHAT	4.548	51%	6.249	718	366	3.187	2.866
HERA	7.058	50%	15.895	798	399	7.948	7.243
BIOTÉRMICA	7	34,3%	(142)	(121)	(41)	(49)	(15)
SBC	14.294	75%	15.787	14.430	10.799	11.840	18.439
EMTR	48.824	27,5%	49.619	795	219	13.645	-
Total (B)					23.688	64.133	56.801

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação societária	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
						31/12/2014	31/12/2013
ECOVIA	500	1%	500	302	3	5	-
Total (C)					3	5	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (D)					-	35.946	26.584
Provisão para perdas nos investimentos (E)					-	143	-
Totas dos investimentos: (A) + (B) + (C) + (D) + (E)					35.120	102.523	86.767
Total dos investimentos consolidado: (B) + (C)					23.691	64.138	56.799

As mutações dos investimentos são compostas pelas seguintes movimentações ocorridas em 2014:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Aquisição de controle</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Dividendos/ JCP</u>	<u>Aumento de Capital</u>	<u>Exercícios Anteriores</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>
BATTRE	1.400	-	-	1.643	(1.643)	-	-	1.400
SÃO CARLOS	(897)	-	-	(319)	-	-	-	(1.216)
SLA	1.232	-	-	(2.940)	-	-	-	(1.708)
FARROUPILHA	217	-	-	(1.070)	-	-	-	(853)
RGA	522	-	-	(1.945)	-	-	-	(1.423)
ÁGUAS CLARAS	(2)	-	-	(24)	-	-	-	(26)
GUAMÁ	909	-	-	(3.329)	-	-	-	(2.420)
PIAUI	-	3.579	1.082	(305)	-	-	-	4.356
ABRANTES	-	-	838	1.597	(2.360)	-	-	76
INOVA	-	-	3.283	18.978	(17.142)	-	-	5.120
TISFARD	-	-	-	(1.009)	-	-	-	(1.009)
	3.381	3.579	5.203	11.276	(21.145)	-	-	2.296

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Alienação</u>	<u>Aquisição de controle</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Dividendos/ JCP</u>	<u>Aumento de Capital</u>	<u>Exercícios Anteriores</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>
INOVA	3.283	-	(3.283)	-	-	-	-	-
PIAUI	2.181	-	(1.082)	(1.099)	-	-	-	-
ABRANTES	76	-	(838)	763	-	-	-	-
VVR	17.216	-	-	12.184	(8.998)	661	-	21.062
ALFENAS	628	-	-	252	(252)	988	-	1.616
RIOPAR	4.884	-	-	-	-	-	-	4.884
BOECHAT	2.866	-	-	366	(45)	-	-	3.187
HERA	7.243	-	-	399	(95)	400	-	7.948
BIOTÉRMICA	(15)	8	-	(41)	-	-	-	(49)
SBC	18.439	-	-	10.799	(18.246)	310	539	11.840
EMTR	-	13.426	-	219	-	-	-	13.645
	56.801	13.434	(5.203)	23.840	(27.636)	2.359	539	64.133

Participações em coligadas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Aquisição de controle</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Dividendos/ JCP</u>	<u>Aumento de Capital</u>	<u>Exercícios Anteriores</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>
ECOVIA	-	5	-	3	(3)	-	-	5
	-	5	-	3	(3)	-	-	5

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Mais Valia</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>
PIAUI	10.811	2.828	-	(3.517)	10.122
INOVA	-	16.773	-	-	16.773
	10.811	19.601	-	(3.517)	26.895

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Mais Valia</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>
BIOTÉRMICA	1.490	-	(722)	-	768
BOECHAT	10.463	-	(6.000)	-	4.463
RIOPAR	1.536	-	-	-	1.536
HERA	2.284	-	-	-	2.284
	15.774	-	(6.722)	-	9.051
Total dos ágios	26.585	19.601	(6.722)	(3.517)	35.946

15 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %				
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	15.412	(3.660)	11.752	10.571
Terrenos	-	-	-	-	2.159
Edificações e construção civil	5	1.810	(145)	1.665	1.791
Benfeitorias em bens de terceiros	10	4.457	(1.052)	3.405	3.191
Máquinas e equipamentos	10	9.071	(1.818)	7.253	7.175
Móveis e utensílios	10	1.210	(331)	879	783
Equipamentos de informática	20	1.111	(571)	540	573
Veículos e equipamentos	5	6.979	(6.979)	-	12.752
Imobilizado em andamento	-	8.025	-	8.025	11.379
		48.075	(14.556)	33.519	50.374

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval da Companhia. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos através de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos através da alienação fiduciária dos bens em 31/12/2014 no montante de R\$29.960.

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2014, os principais ativos em construção referem-se à aterros sanitários.

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

Custo do Imobilizado	2013	Adição	Baixa	Transfer.	2014
Aterro e infra em aterros	12.749	279	(7.294)	9.678	15.412
Terrenos	2.159	-	-	(2.159)	-
Edificações e Construção Civil	1.870	-	(59)	-	1.810
Benfeitorias em bens de terceiros	3.751	144	(154)	715	4.457
Máquinas e equipamentos	8.123	968	(19)	-	9.071
Móveis e utensílios	1.010	242	(45)	2	1.209
Equipamentos de informática	976	180	(43)	(2)	1.111
Veículos e equipamentos	15.470	14.427	(22.918)	-	6.979
Imobilizado em andam.	11.379	5.372	(483)	(8.243)	8.025
	<u>57.487</u>	<u>21.611</u>	<u>(31.015)</u>	<u>(9)</u>	<u>48.075</u>
Depreciação	2013	Depreciação	Baixa	Transfer.	2014
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(2.178)	(1.482)	-	-	(3.660)
Edificações e Construção Civil	(79)	(76)	9	-	(145)
Benfeitorias em bens de terceiros	(560)	(492)	-	-	(1.052)
Máquinas e equipamentos	(948)	(873)	4	-	(1.818)
Móveis e utensílios	(227)	(111)	7	(1)	(331)
Equipamentos de informática	(403)	(182)	14	1	(571)
Veículos e equipamentos	(2.718)	(4.232)	(29)	-	(6.979)
	<u>(7.112)</u>	<u>(7.449)</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(14.556)</u>
Líquido	<u>50.374</u>	<u>14.162</u>	<u>(31.010)</u>	<u>(9)</u>	<u>33.519</u>

Baixas de imobilizados

As baixas de aterros referem-se substancialmente a venda de aterros da Companhia para a empresa Servy Patrimonial LTDA, no valor de R\$4.900, e para a Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A, no valor de R\$1.586. Referente à baixa de veículos e equipamentos de veículos, o valor de R\$20.909 corresponde ao aporte de veículos e equipamentos de veículos da Companhia na VVR, em conjunto a esse aporte houve um aporte de fornecedores no valor de R\$ 20.248, resultando em um aporte líquido no capital da VVR de R\$661. Conforme nota explicativa nº 2.

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2014			2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	23.122	(5.482)	17.640	13.087
Terrenos e Edificações	-	1.841	(145)	1.696	3.950
Benf. em bens de terceiros	10	11.763	(5.653)	6.111	3.188
Máquinas e equipamentos	10	21.007	(10.772)	10.235	7.146
Móveis e utensílios	10	2.364	(990)	1.374	999
Equipamentos de informática					
	20	2.891	(1.919)	971	718
Veículos e equipamentos	5	12.168	(10.366)	1.803	12.795
Imobilizado em andamento	-	25.799	-	25.799	13.613
		<u>100.956</u>	<u>(35.326)</u>	<u>65.629</u>	<u>55.495</u>

As mutações do imobilizado consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Imobilizado	2013	Adição	Baixa	Transfer.	Reorganização Societário	Custo de fechamento	Mais valia	2014
Aterro e infra em aterros	15.334	279	(7.294)	9.978	3.066	1.092	-	22.456
Terrenos e Edificações	4.029	-	(59)	(2.460)	-	-	331	1.841
Benf. em bens de terceiros	3.751	285	(154)	715	7.165	-	-	11.763
Máquinas e equipamentos	8.123	1.542	(119)	-	11.462	-	-	21.007
Móveis e utensílios	1.476	350	(59)	2	595	-	-	2.364
Equipamentos de informática	1.569	346	(90)	(2)	1.067	-	-	2.891
Veículos e equipamentos	15.470	14.677	(22.918)	-	4.940	-	-	12.168
Imobilizado em andam.	13.613	15.901	(483)	(8.243)	5.011	-	-	25.799
	<u>63.366</u>	<u>33.379</u>	<u>(31.176)</u>	<u>(10)</u>	<u>33.307</u>	<u>1.092</u>	<u>331</u>	<u>100.289</u>
Depreciação	2013	Depreciação	Baixa	Transfer.	Reorganização Societário	Custo de fechamento	Mais valia	2014
Aterro e infra em aterros	(2.248)	(1.476)	-	-	-	(1.092)	-	(4.816)
Edificações	(80)	(75)	9	-	-	-	-	(145)
Benf. em bens de terceiros	(564)	(2.849)	-	-	(2.240)	-	-	(5.653)
Máquinas e equipamentos	(977)	(3.108)	35	318	(7.041)	-	-	(10.772)
Móveis e utensílios	(477)	(322)	9	(117)	(83)	-	-	(990)
Equipamentos de informática	(851)	(604)	34	(201)	(297)	-	-	(1.919)
Veículos e equipamentos	(2.675)	(4.385)	(29)	-	(3.276)	-	-	(10.366)
	<u>(7.871)</u>	<u>(12.818)</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>(12.936)</u>	<u>(1.092)</u>	<u>-</u>	<u>(34.660)</u>
Líquido	<u>55.495</u>	<u>20.561</u>	<u>(31.118)</u>	<u>(10)</u>	<u>20.370</u>	<u>-</u>	<u>331</u>	<u>65.629</u>

(*) As transferências referem-se a imobilizados em andamento encerrados, transferências para o intangível e reclassificações entre contas para melhor apresentação.

Os custos de fechamento e monitoramento de aterros refere-se ao Aterro Inertes Salvador.

16 Intangível

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2014			2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	123.244	(55.794)	67.450	59.671
Infraestrutura em transbordos		7.480	(4.923)	2.557	3.084
Direitos contratuais	10	1.691	-	1.691	-
Licença de uso	10	6.539	-	6.539	-
Terrenos e Edificações e Construção Civil	10	139	(3)	136	26
Benfeitorias em bens de terceiros	20	3.171	(1.159)	2.012	2.226
Máquinas e equipamentos	5	17.952	(13.475)	4.478	5.487
Software	-	770	(263)	507	90
Intangível em andamento		3.392	-	3.392	4.921
Destinação		2.405	-	2.405	2.096
Veículos e equipamentos		11.031	(6.681)	4.350	2.690
Ágio		52.061	-	52.061	26.584
		<u>229.875</u>	<u>(82.298)</u>	<u>147.577</u>	<u>106.875</u>

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2014, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a aterros sanitários.

As mutações do intangível consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Custo do Imobilizado	2013	Adição	Baixa	Transfer.	Mais valia	Reorganização Societária	Custo de fechamento	2014
Aterro e infra em aterros	106.749	11.102	-	3.701	-	-	1.356	122.908
Infraestrutura em transbordos	7.480	-	-	-	-	-	-	7.480
Direitos contratuais	-	1.691	-	-	-	-	-	1.691
Licença de uso	-	1	-	-	6.538	-	-	6.539
Terrenos e Edificações	27	-	-	112	-	-	-	139
Benfeitorias em bens de terceiros	3.137	34	-	-	-	-	-	3.171
Máquinas e equipamentos	17.297	656	-	-	-	-	-	17.952
Software	239	293	(8)	10	-	236	-	770
Intangível em andamento	4.921	2.284	-	(3.812)	-	-	-	3.392
Destinação	2.096	308	-	-	-	-	-	2.405
Veículos e equipamentos	10.520	2.997	(2.486)	-	-	-	-	11.031
Ágio	26.584	35.716	(6.722)	1.016	(4.533)	-	-	52.061
	<u>179.050</u>	<u>55.081</u>	<u>(9.215)</u>	<u>1.026</u>	<u>2.005</u>	<u>236</u>	<u>1.356</u>	<u>229.539</u>

Depreciação	2013	Depreciação	Baixa	Transfer.	Mais valia	Reorganização Societária	Custo de fechamento	2014
Aterro e infra em aterros	(47.078)	(7.024)	-	-	-	-	(1.356)	(55.458)
Infraestrutura em transbordos	(4.396)	(527)	-	-	-	-	-	(4.923)
Edificações e Construção Civil	(2)	(1)	-	-	-	-	-	(3)
Benfeitorias em bens de terceiros	(911)	(248)	-	-	-	-	-	(1.159)
Máquinas e equipamentos	(11.810)	(1.665)	-	-	-	-	-	(13.475)
Software	(149)	(80)	3	-	-	(37)	-	(263)
Veículos e equipamentos	(7.829)	(1.333)	2.481	-	-	-	-	(6.681)
	<u>(72.175)</u>	<u>(10.877)</u>	<u>2.484</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(37)</u>	<u>(1.356)</u>	<u>(81.962)</u>
Líquido	<u>106.875</u>	<u>44.204</u>	<u>(6.732)</u>	<u>1.026</u>	<u>2.005</u>	<u>199</u>	<u>-</u>	<u>147.577</u>

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de impairment)

O Teste de impairment dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio das controladas pela Companhia foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2014.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a companhia espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa da companhia consolidado.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Período Projetivo: 1 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2031, de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2015 a 2019 e de 2020 em diante foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de impairment

Como resultado do teste de impairment, nenhuma das unidades de negócio das subsidiárias da Companhia demonstrou perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda. Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	2014	2013	2014	2013
Fornecedores		8.210	18.772	40.251	38.722
Partes relacionadas	31	5.548	5.773	21.340	22.517
Credores diversos			438	48	438
		<u>13.758</u>	<u>24.983</u>	<u>61.639</u>	<u>61.677</u>
Circulante		13.320	20.358	61.078	53.025
Não circulante		438	4.625	561	8.652

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa n°09.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Consolidado	
			2014	2013
Finame	Pre fixado de 2,50% a.a. a 12,00% a.a. - TJLP de 3,40% a 7% a.a.	Jan/15 a Ago/19	32.614	30.839
Conta garantida e capital de giro	CDI + 2,20% a.a. a 3,97% a.a.	Jan/15 a Mai/17	156.543	91.051
Leasing	Pre fixado de 3,44% a.a. a 15,45% a.a.	Jan/15 a Abr/18	1.969	3.794
BNDES	Pre fixado 4,30% a 10,80% a.a. TJLP + 4,80% a 5,30% a.a. ECM + 3,80% a 4,80% a.a.	Mai/15 a Abr/23	48.230	44.511
Total			<u>239.356</u>	<u>170.195</u>
Circulante			<u>150.166</u>	<u>100.809</u>
Não circulante			<u>89.190</u>	<u>69.386</u>

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm covenants que estabelecem requisitos financeiros que devem ser cumpridos.

Em função das reorganizações societárias ocorridas no final do ano de 2014 a cobertura do índice de Margem Ebitda ficou menor do que a meta em 0,56 pontos percentuais. O não cumprimento de quaisquer dos índices não reflete problema imediato em sua primeira ocorrência, visto que o contrato prevê que somente na segunda ocorrência consecutiva de não cumprimento o vencimento do contrato poderá ser antecipado.

Se não tivéssemos tido reorganizações societárias todos os índices teriam sido atingidos.

Os índices dos covenants da Companhia, estabelecidos pelo BNDES são compostos conforme demonstrados a seguir:

Covenants Financeiros (BNDES - Facility)					
1) Margem EBITDA >= 16%	$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Receita Operacional Líquida}} = \frac{129.560}{839.619} = 15,43\%$	=	129.560	=	Não Cumprido
2) Dívida Líquida / EBITDA <= 3,8	$\frac{\sum \text{Empréstimos e Financ.} + \text{Impostos Parcelados} + \text{Dívida Previdenciária} - \text{Disponibilidades}}{\text{EBITDA}} = \frac{315.701}{129.560} = 2,4$	=	315.701	=	Cumprido
3) Cobertura do Serviço da Dívida >= 1,6	$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Juros e Amortizações a Pagar decorrentes dos itens constantes da definição do endividamento líq. Total}} = \frac{129.560}{80.448} = 1,61$	=	129.560	=	Cumprido

Os financiamentos na modalidade Finame, a garantia é o próprio bem adquirido (alienação fiduciária).

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento:	2014	2013
2015	-	26.444
2016	47.776	13.861
2017	17.475	9.811
2018	10.950	7.195
2019	5.516	4.603
2020	2.242	2.242
2021	2.242	2.242
2022	2.242	2.242
2023	747	747
Total	89.190	69.386

19 Debêntures

Composição

	<u>Série</u>	<u>Emissão</u>	<u>Valor</u>
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013	<u>70.000</u>
		Controladora e	
		Consolidado	
		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valores contábeis incluindo juros em 31/12/2014:			
Passivo circulante		15.880	7.970
Passivo não circulante		<u>46.669</u>	<u>62.223</u>
		62.549	70.193

Em 05 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu em série única 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread de 2,25% ao ano.

A amortização é semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 16 de dezembro de 2018.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança concedida pela Solví Participações.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto o vencimento antecipado das debêntures. Os covenants contratados são: dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros, ambos calculados sobre o consolidado Revita.

20 Salários, benefícios e encargos sociais

Os saldos das contas de salários e encargos trabalhistas nos períodos findos em 31 de dezembro 2014 e 2013 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários	4.116	3.732	11.384	4.512
Encargos trabalhistas	2.618	2.682	5.684	3.130
Férias	10.814	9.310	27.425	11.235
Participação nos resultados	2.068	1.265	5.613	2.109
	19.616	16.989	50.106	20.986

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado de contribuição definida conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$1.056 (R\$836 em 2013) no consolidado, os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisões para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, nos valores de R\$2.068 para a Companhia e R\$5.613 no consolidado.

21 Provisões

	Consolidado	
	2014	2013
Contingências	5.480	1.453
Urbanização de aterro	8.647	6.199
	14.127	7.652

a. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável.

Os principais processos judiciais cuja probabilidade de perda é possível estão apresentadas na nota explicativa nº 32.

As mutações das contingências estão demonstradas conforme segue:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2013	16	1.437	1.453
Adições	1.392	2.849	4.241
Reorganização societária	-	261	261
Reversões	(21)	(63)	(84)
Saldo em 31/12/2014	1.387	4.484	5.871
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	-	(391)	(391)
	1.387	4.093	5.480

b. Provisão para urbanização de aterros

A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante consolidado de R\$8.647 (R\$6.199 em 2013). O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juro de 10,96 % ao ano (10,96% em 2013). A taxa de juro de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não

executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- o tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2014:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro	6.199	4.506
Provisões constituídas	2.770	2.285
Reversões/realizações	(322)	(592)
Saldo em 31 de dezembro	8.647	6.199

22 Impostos, taxas e contribuições

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ISS sobre vendas	4.477	3.390	8.575	5.878
PIS sobre vendas	2.039	2.185	4.612	3.287
Cofins sobre vendas	8.774	9.406	20.065	14.288
Imposto de renda fonte	505	579	918	709
Outros	293	366	1.103	776
Total	16.088	15.926	35.273	24.938

23 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuíam registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Prejuízos fiscais acumulados	4.885	5.748	25.851	12.988
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	1.237	645	7.012	1.453
Provisão para participação nos resultados	2.068	1.170	5.613	1.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.275	1.525	1.438	1.525
Provisão para urbanização de aterro	523	194	8.647	6.198
RTT	-	-	(7.959)	-
Outros	152	505	(1.718)	(1.174)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(18.946)	(18.988)	(41.417)	(33.832)
Total	(8.806)	(9.201)	(2.533)	(11.571)
Alíquotas - %	34	34	34	34
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos	(2.995)	(3.128)	(861)	(3.934)
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais	(49)	91	(3.244)	(920)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(3.044)	(3.037)	(4.105)	(4.854)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos	3.399	3.419	12.883	7.219
Imposto de Renda e contribuição social diferidos passivos	(6.443)	(6.456)	(16.988)	(12.073)

Em 31 de dezembro de 2014, a reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e das participações no resultado	51.578	49.875	105.089	55.474
Efeito RTT	(17.034)	2.743	(31.404)	(120)
	<u>34.544</u>	<u>52.618</u>	<u>73.685</u>	<u>55.354</u>
Alíquota nominal do Imposto de Renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Despesa esperada com Imposto de Renda e contribuição social	(11.745)	(17.890)	(25.053)	(18.820)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	11.941	20.312	8.055	17.268
Despesas de gratificação, bônus e doações	(2.806)	(4.520)	(3.417)	(4.596)
Despesas com brindes/multas	(35)	(75)	(295)	(87)
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízo fiscal e diferimento temporário	-	(184)	(1.587)	(939)
Outras	<u>1.955</u>	<u>3.377</u>	<u>3.398</u>	<u>2.596</u>
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	<u>(690)</u>	<u>1.020</u>	<u>(18.899)</u>	<u>(4.578)</u>
Corrente	(685)	(77)	(23.956)	(4.762)
Diferido	(5)	1.097	5.057	184
Lucro da exploração	-	-	359	-

24 Patrimônio líquido

a. Capital realizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 está representado por 137.715.524 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$137.715 registrado na rubrica "Capital social".

b. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Fundamentado no Artigo 202 § 4º da legislação societária, os dividendos mínimos não serão distribuídos no exercício corrente por serem incompatíveis com a atual situação financeira da Companhia.

Em 2014 a Companhia pagou o montante de R\$50.018 a títulos de dividendos referente a lucros apurados em exercícios anteriores.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações feitas pela Lei 11.638/07, e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

25 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Clientes públicos	342.726	293.947	955.875	417.500
Clientes privados	27.667	34.998	9.891	46.343
Total receita bruta de serviços	370.393	328.945	965.766	463.843
Receita de construção	-	-	15.634	13.814
Biogás	-	-	3.896	4.233
Total receita bruta	370.393	328.945	985.296	481.890
Deduções sobre as vendas	-	-	-	-
ISS	(14.499)	(13.005)	(43.832)	(19.115)
PIS	(6.111)	(5.428)	(15.564)	(7.078)
COFINS	(28.150)	(25.000)	(71.694)	(32.605)
Total de deduções sobre as vendas	(48.760)	(43.433)	(131.090)	(58.798)
Receita Líquida	321.633	285.512	854.206	423.092

A receita reconhecida com relação à construção em 2014 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão (nota explicativa nº34) em 2014 são como segue:

Empresa	Receita de construção	Custo de construção	Lucro bruto	Margem de lucro
Battre	11.652	(11.652)	-	0,0%
RGA	712	(712)	-	0,0%
Farroupilha	695	(695)	-	0,0%
SLA	975	(975)	-	0,0%
São Carlos	1.600	(1.600)	-	0,0%
Total	15.634	(15.634)	-	

26 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e Encargos	(126.078)	(112.387)	(342.928)	(135.609)
Mão-de-Obra	(365)	(430)	(1.513)	(463)
Aluguel	(70.668)	(65.690)	(137.134)	(94.488)
Depreciações	(7.234)	(5.599)	(23.746)	(15.992)
Materiais aplicados nos serviços	(25.859)	(24.667)	(57.980)	(33.704)
Serviços de terceiros	(30.128)	(28.677)	(63.689)	(44.907)
Créditos fiscais	13.336	3.047	28.654	15.458
Custo de bens reversíveis	-	-	(15.634)	(13.814)
Outros custos de produção	(10.137)	(1.580)	(34.033)	(17.020)
Total	(257.133)	(235.983)	(648.003)	(340.539)

27 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	251	(83)	88	(83)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	-	(1.410)	-
Patrocínios, brindes e doações	(1.655)	(3.157)	(2.226)	(3.214)
Propaganda e publicidade	(9.380)	(3.063)	(13.535)	(3.594)
Outros	(219)	(258)	(532)	(318)
Total	(11.003)	(6.561)	(17.615)	(7.209)

28 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Remuneração direta mão de obra	(15.236)	(12.961)	(24.554)	(14.000)
INSS	(2.933)	(2.690)	(4.581)	(3.025)
FGTS	(788)	(758)	(1.233)	(856)
Benefícios	(1.631)	(1.542)	(2.961)	(1.792)
Alugueis	(1.260)	(1.247)	(1.680)	(1.292)
Depreciação	(236)	(170)	(906)	(170)
Serviços de Terceiros	(10.052)	(9.573)	(48.429)	(10.930)
Tributos, Seguros e Contribuições	(709)	(648)	(1.195)	(1.833)
Viagens e Estádias	(1.735)	(1.802)	(2.066)	(1.802)
Outros	(1.965)	(928)	(3.929)	(1.026)
Total	(36.545)	(32.319)	(91.534)	(36.726)

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita (despesas) de aluguel		23	150	23
Resultado venda de imobilizado	(689)	24	(323)	93
Resultado de investimentos	17.312	-	33.427	(20)
Receitas eventuais	113	57	395	147
Total receitas	16.736	104	33.649	243
Despesas e provisões contingenciais	(616)	(1.310)	(4.918)	(2.210)
Patrocínio	(6.636)	(10.255)	(8.102)	(10.449)
Outras despesas e receitas	(124)	(1.093)	(169)	(5.356)
Total despesas	(7.376)	(12.658)	(13.189)	(18.015)
Total	9.360	(12.554)	20.460	(17.772)

30 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras:				
Receitas juros sobre contratos de mútuo	9.199	5.920	7.623	5.071
Rendimentos sobre aplicações financeiras	903	656	4.604	1.499
Juros recebidos e descontos obtidos	3.719	1.931	5.958	2.830
	13.821	8.507	18.185	9.400
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(579)	(146)	(1.205)	(201)
Despesas bancárias	(349)	(616)	(631)	(821)
Ajuste de valor presente das contas a receber	(1.210)	(539)	(1.210)	(539)
Despesas c/juros e descontos concedidos	(2.688)	(881)	(18.818)	(1.745)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(824)	(118)	(1.164)	(131)
Despesas multas e moras financeiras	(109)	(219)	(183)	(232)
Tributos sobre movimentações financeiras	(1.459)	(1.505)	(3.213)	(2.554)
Juros sobre financiamento	(16.457)	(12.445)	(27.877)	(19.337)
	(23.675)	(16.469)	(54.301)	(25.560)
TOTAL GERAL	(9.854)	(7.962)	(36.116)	(16.160)

31 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia e suas controladas pagaram a seus administradores, em salários e remuneração variável um total de R\$7.142 (R\$7.974 em 2013).

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativa e financeira às respectivas partes relacionadas.

As contas a receber e pagar de partes relacionadas registradas no ativo não corrente refere-se, substancialmente, a recursos repassados às (captados das) controladas que são remuneradas por juros à taxa de aproximadamente 140% CDI.

a. Controladora

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são demonstrados como segue:

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Controladora

	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Serviços prestados:						
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A	30	7	683	533	(1.330)	(2.044)
INSTITUTO SOLVI	-	-	10	26	-	-
SERVY PARTICIPAÇÕES S.A	317	300	-	-	-	-
SERVY PATRIMONIAL LTDA	6.492	-	-	-	-	-
MANAUS AMBIENTAL S.A	3.686	3.339	-	-	-	-
SOLVI PART. EM PROJ. DE SANEAMENTO LTDA	180	179	-	-	-	-
KOLETA AMBIENTAL S.A	33	33	36	-	-	-
CONSORCIO PORTO PARA A VIDA	-	-	9	95	-	-
GRI - GERENCIAMENTO DE RESIDUOS IND. LTDA	6	2	-	-	-	-
VEGA ENGENHARIA AMBIENTA S.A	388	1.014	440	826	(541)	(1.558)
INOVA GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS S.A	1.324	9.284	-	18	14.879	24.183
VEGA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	55.852	55.229	427	-	(5.191)	(5.423)
BATTRE - BAHIA TRANSF.E TRATAMENTO DE RES. LTDA	-	1.067	-	24	-	-
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A	-	33	-	-	-	-
LOGISTICA AMB DE SÃO PAULO S.A	-	62	-	1	-	-
SÃO CARLOS AMB. SERV. DE LIMP. URB. E TRAT. RES. LTDA	418	1.054	17	-	60	781
SL AMBIENTAL SERV DE LIMP. URB. E TRAT RES S.A	3	2.755	13	3	-	865
BOB - BOECHAT DO BAIRRO TRAT. DE RES. COLE CONS. LTDA ME	242	53	-	-	-	-
FARROUPILHA SERV. DE LIMP. URB E TRAT RES. S.A	10	150	-	-	-	504
RIO GRANDE AMBIENTAL SERV. LIMP. URB E TRAT RES. S.A	169	2.621	-	-	-	1.419
ABRANTES AMBIENTAL S.A	424	698	130	-	(203)	689
GUAMA - TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	1	60	-	-	-	-
HERA AMBIENTAL LTDA	-	1	-	-	-	-
PIAUI AMBIENTAL S.A	21	85	-	-	-	-
SOLVI VALORIZAÇÃO ENERGETICA LTDA	731	18	2.232	2.256	-	(638)
TERMOVERDE SALVADOR S.A	7	656	-	55	-	-
COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS	-	-	-	-	-	(10)
COMP RIOGRANDENSE DE VALORIZ DE RESIDUOS S A	-	1.914	1.538	253	(10.941)	(5.951)
SBC VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	48	-	12	-	-	-
GPO	118	104	-	-	-	-
	70.500	80.717	5.548	4.089	(3.269)	12.819

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
JCP:						
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A	-	-	-	310	-	(8.335)
VEGA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	-	64	-	-	-	-
VIA SOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A	-	-	-	-	-	(226)
ABRANTES AMBIENTAL S.A	111	111	-	-	-	-
	111	175	-	310	-	(8.561)
Mútuos:						
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A	47.137	3.630	-	-	2.980	75
CIA	1.683	1.438	-	-	47	32
KOLETA AMBIENTAL S.A	-	-	-	-	-	47
GRI - GERENCIAMENTO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA	-	530	-	-	41	115
VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S.A -	-	50.538	-	-	2.201	3.191
VEGA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	4.912	232	-	232	397	518
ALFENAS AMBIENTAL TRAT. DE RES. E LIMP LTDA	218	192	-	-	29	8
BATTRE - BAHIA TRANSFERENCIA E TRATAMENTO DE RES. LTDA	548	-	-	-	112	126
VIA SOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A	678	-	-	1.141	(63)	(118)
SÃO CARLOS AMBIENTAL SERV. DE LIMP. URB. E TRAT. RES. LTDA	558	8	-	-	4	241
SL AMBIENTAL SERV DE LIMP. URB. E TRAT RES S.A	9.666	-	-	-	517	258
BOB - BOECHAT DO BAIRRO TRAT. DE RES. COLE CONS. LTDA ME	5.513	4.015	-	-	716	741
FARROUPILHA SERV. DE LIMP. URB E TRAT RES. S.A	3.718	-	-	-	142	53
RIO GRANDE AMBIENTAL SERV. LIMP. URB E TRAT RES. S.A	5.312	-	-	1	224	93
ABRANTES AMBIENTAL S.A	-	-	-	-	1	15
GUAMA - TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	12.770	-	-	-	710	78
PIAUI AMBIENTAL S.A	2.202	755	-	-	116	22
TERMOVERDE SALVADOR S.A	344	304	-	-	47	31
COMP RIOGRANDENSE DE VALORIZ DE RESIDUOS S A	7.755	11.594	-	-	840	277
SBC VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	-	-	-	-	(80)	-
AGUAS CLARAS AMBIENTAL	23	-	-	-	2	-
GPO	525	-	-	-	21	-
TISFARD INVESTMENT	1.079	-	-	-	(15)	-
EMPR. METR. TRAT. RESÍDUOS	-	-	-	-	(187)	-
	104.643	73.237	-	1.374	8.799	5.802
Circulante	70.611	80.891	5.548	4.399		
Não circulante	104.643	73.237	-	1.374		
Total	175.254	154.128	5.548	5.773	5.532	10.060

Os saldos de contas a receber com Inova e VVR referem-se a aluguel de veículos e equipamentos. O saldo de contas a receber com a Vega refere-se a prestação de serviços. O saldo de contas a pagar com a CRVR refere-se a prestação de serviços de destinação em aterros.

Mútuos

Os contratos de mútuos a receber estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a 8% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de Abril/2015 a Novembro/2023, podendo ser prorrogado.

b. Consolidado

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados abaixo. As transações entre o Grupo e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Serviços prestados:						
COMPANHIA DE PROJETOS AMBIENTAIS	-	-	-	-	-	(10)
LOGISTICA AMB DE SÃO PAULO S.A	-	62	-	1	-	-
VIA SOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A	-	33	-	-	-	-
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A	30	7	1.333	1.414	(1.630)	(2.391)
INSTITUTO SOLVI	57	-	10	39	-	-
SERVY PARTICIPAÇÕES S.A	324	300	-	-	-	-
SERVY PATRIMONIAL LTDA	6.492	-	-	-	-	-
MANAUS AMBIENTAL S.A	3.686	3.339	-	-	-	-
SOLVI PARTICIPAÇÕES EM PROJETOS DE SANEAMENTO LTDA	180	179	-	-	-	-
KOLETA AMBIENTAL S.A	33	33	36	-	(36)	(8)
CONSORCIO PORTO PARA A VIDA	-	-	9	95	-	-
GRI - GERENCIAMENTO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA	11	2	-	-	-	-
VEGA ENGENHARIA AMBIENTA S.A -	453	1.014	1.728	7.281	(15.369)	(1.558)
VEGA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A - VVR	55.852	55.228	427	-	(5.191)	(5.423)
BOB - BOECHAT DO BAIRRO TRAT. DE RES. COLE CONS. LTDA ME	247	53	-	-	-	-
HERA AMBIENTAL LTDA	1	1	-	-	-	10
SOLVI VALORIZAÇÃO ENERGETICA LTDA	723	9	2.146	2.256	-	-
TERMOVERDE SALVADOR S.A	358	656	11.221	2.055	(7.209)	4.233
COMP RIOGRANDENSE DE VALORIZ DE RESIDUOS S A	-	1.914	1.538	2.996	(13.144)	(8.721)
SBC VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	48	-	12	-	-	-
GPO	120	104	-	-	-	21
INOVA GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS S.A	1.292	9.284	-	18	(1.418)	24.183
BATTRE - BAHIA TRANSFERENCIA E TRATAMENTO DE RES. LTDA	31	629	-	-	-	(1)
SÃO CARLOS AMBIENTAL SERV. DE LIMP. URB. E TRAT. RES. LTDA	25	5	-	-	60	-
SL AMBIENTAL SERV DE LIMP. URB. E TRAT RES S.A	-	274	-	-	(110)	-
FARROUPILHA SERV. DE LIMP. URB E TRAT RES. S.A	-	11	-	-	113	-
RIO GRANDE AMBIENTAL SERV. LIMP. URB E TRAT RES. S.A	162	272	-	-	-	(10)
ABRANTES AMBIENTAL S.A	270	698	-	-	(452)	689
GUAMA - TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	-	60	590	650	-	-
PIAUI AMBIENTAL S.A	16	85	-	-	-	-
REVITA ENGENHARIA	-	9	77	-	-	(638)
VITAL	-	-	2.088	-	(26.283)	(26.386)
	70.409	74.259	21.217	16.805	(70.671)	(16.011)
Reembolso:						
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A	-	-	-	-	(7.788)	(4.174)
SBC VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	-	2.666	-	-	-	-
SL AMBIENTAL SERV DE LIMP. URB. E TRAT RES S.A	-	4	-	-	-	-
VEGA ENGENHARIA AMBIENTA S.A	-	1.765	-	-	-	-
	-	4.435	-	-	(7.788)	(4.174)

Revita Engenharia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
JCP:						
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A	-	-	-	310	-	(8.335)
VEGA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	64	64	-	-	-	-
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A	-	-	-	-	-	(226)
ABRANTES AMBIENTAL S.A	-	111	-	-	-	-
	64	174	-	310	-	(8.561)
AFAC:						
URCD	-	-	113	-	-	-
	-	-	113	-	-	-
Outros serviços:						
BATTRE - BAHIA TRANSFERENCIA E TRATAMENTO DE RES. LTDA	653	-	-	-	-	-
	653	-	-	-	-	-
Mútuos:						
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A	47.137	3.630	-	-	2.980	75
CIA	1.683	1.438	-	-	47	32
KOLETA AMBIENTAL S.A	-	-	-	-	-	47
GRI - GERENCIAMENTO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA	-	530	-	-	41	115
VEGA ENGENHARIA AMBIENTA S.A	-	50.538	-	4.054	1.843	3.178
VEGA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	6.413	232	-	232	397	518
ALFENAS AMBIENTAL TRAT. DE RES. E LIMP LTDA	218	192	-	-	29	8
BATTRE - BAHIA TRANSFERENCIA E TRATAMENTO DE RES. LTDA	-	654	-	-	2	-
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A	678	-	-	1.114	(63)	(118)
SÃO CARLOS AMBIENTAL SERV. DE LIMP. URB. E TRAT. RES. LTDA	-	-	-	-	2	-
BOB - BOECHAT DO BAIRRO TRAT. DE RES. COLE CONS. LTDA ME	5.513	4.015	-	-	716	741
RIO GRANDE AMBIENTAL SERV. LIMP. URB E TRAT RES. S.A	-	-	-	1	1	-
ABRANTES AMBIENTAL S.A	-	-	-	-	1	15
GUAMA - TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	-	-	-	-	(2)	-
PIAUI AMBIENTAL S.A	-	755	-	-	88	22
TERMOVERDE SALVADOR S.A	344	304	-	-	47	31
COMP RIOGRANDENSE DE VALORIZ DE RESIDUOS S A	7.755	11.594	-	-	840	277
SBC VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS S.A	-	-	-	-	(80)	-
GPO	525	-	-	-	21	-
EMPR. METR. TRAT. RESÍDUOS	-	-	-	-	(187)	-
TISFARD INVESTMENT	-	-	10	-	439	-
JOTAGE	2.092	-	-	-	172	-
	72.358	73.881	10	5.401	7.330	4.941
Circulante	70.473	78.868	21.217	17.115		
Não circulante	73.012	73.881	123	5.402		
Total	143.485	152.749	21.340	22.517	(71.129)	(23.805)

Os saldos de contas a receber e contas a pagar com a Vega refere-se a prestação de serviços técnicos. . Os saldos de contas a receber da VVR refere-se a aluguel de veículos e equipamentos. O saldo de contas a pagar da Termoverde refere-se a venda de Biogás. Os saldos de contas a pagar com a Solví referem-se a repasses de custos e a prestação de serviços.

Mútuos

Os contratos de mútuos a receber estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a 8% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de Abril/2015 a Novembro/2023, podendo ser prorrogado.

32 Passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 2014, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, descritas na nota explicativa 20, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perdas possíveis, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$ 10.385.

Os principais processos com estimativa de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2014 são:

Ação Civil Pública – SL Ambiental

Trata-se de Ação Civil Pública, promovida pelo MP/RS, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado com o Município de São Leopoldo. A ação foi julgada procedente e a Companhia obteve, perante o STF, decisão monocrática, que tornou sem efeito a decisão que havia declarado nulo o contrato. Ainda pendente julgamento definitivo sobre a causa. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Ação do Ministério Público – LOGA

Trata-se de Ação Civil Pública, promovida pelo MP/SP, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão nº 27/SS0/04, relativo aos serviços divisíveis de limpeza urbana de São Paulo. O processo encontra-se em fase de instrução. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é remota; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Ação Popular – Concorrência Pública nº 12/2009 – Comarca de Montes Claros – REVITA Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Popular na qual o autor se insurge contra o edital e a Concorrência Pública nº 12/2009, alegando a ocorrência de supostas irregularidades. A REVITA já apresentou Contestação, nos autos, e o processo encontra-se em fase de instrução. De acordo com os assessores jurídicos da REVITA, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Ação Civil Pública – Concorrência Pública nº 12/2009 – Comarca de Montes Claros – REVITA Engenharia S.A.

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. A empresa aguarda ser notificada para apresentação de defesa prévia, nos autos. De acordo com os assessores jurídicos da REVITA, a probabilidade de perda é possível; dessa forma, não há provisão constituída para esse processo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Cível – Demais controladas.

Algumas empresas controladas figuram no polo passivo em ações civis públicas, nas quais são discutidos os contratos avençados com o Poder Público, decorrentes da própria atividade das empresas, que se concentra, com maior relevância, na prestação de serviços públicos de limpeza urbana, coleta e tratamento de resíduos. Em tais ações, as empresas são defendidas por

escritórios especializados e de excelência comprovada, com o acompanhamento da área jurídica interna. Os advogados externos avaliam que tais ações são de valor inestimável, dado que são discutidos temas conceituais jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais de natureza imensurável. Ademais, em todas as ações o prognóstico de êxito é possível, razão pela qual tais ações não possuem valores provisionados.

33 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$16.374, para danos materiais R\$16.374, e R\$5.500 para responsabilidade civil.

34 Contratos de concessão

- ***Direitos sobre a infraestrutura***

Conforme disposto pelo IFRIC 12, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia e suas controladas para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle ou de propriedade do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. As concessionárias controladas têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens reversíveis estão registrados no ativo intangível.

- ***Ativo intangível***

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia e suas controladas registraram ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

<u>Ativo Intangível</u>		2014					
	Tx Média Anual %	BATTRE	Rio Grande Ambiental	Farroupilha	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Total
Aterro e infra em aterros	-	49.626	5.383	2.151	-	10.290	67.450
Infraestrutura em transbordos	10	2.557	-	-	-	-	2.557
Terrenos e Edificações e Construção Civil	0 a 4	-	-	-	136	-	136
Benfeitorias em bens de terceiros	9	454	1.512	46	-	-	2.012
Máquinas e equipamentos	10	2.117	1.373	418	280	288	4.477
Veículos e equipamentos	20	3	1.604	234	2.042	465	4.347
Intangível em andamento	-	2.584	535	-	-	275	3.394
Concessão	-	2.405	-	-	-	-	2.405
		59.746	10.407	2.849	2.458	11.318	86.778

<u>Ativo Intangível</u>		2013					
	Tx Média Anual %	BATTRE	Rio Grande Ambiental	Farroupilha	SL Ambiental	São Carlos Ambiental	Total
Aterro e infra em aterros	-	45.761	5.723	1.531	-	6.657	59.672
Infraestrutura em transbordos	10	3.084	-	-	-	-	3.084
Terrenos e Edificações e Construção Civil	0 a 4	-	-	-	26	-	26
Benfeitorias em bens de terceiros	9	556	1.655	15	-	-	2.226
Máquinas e equipamentos	10	2.992	1.569	485	373	67	5.486
Veículos e equipamentos	20	69	1.393	283	10	934	2.689
Intangível em andamento	-	903	862	282	112	2.765	4.924
		53.365	11.202	2.596	521	10.423	78.107